

Congressistas definem as prioridades para votação

Givaldo Barbosa 25.3.91

Scheila Bernadete

Dos quinze projetos considerados prioritários pelas lideranças partidárias no Congresso, nove estão assegurados para apreciação em regime de urgência até o dia 28, quando inicia o recesso parlamentar. A triagem foi a maneira encontrada pelos presidentes das duas Casas legislativas, senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e deputado Ibsen Pinheiro e demais líderes para a não interrupção das férias. O máximo permitido será um esforço concentrado com sessões deliberativas na próxima sexta-feira, sábado e domingo.

Os projetos polêmicos em pauta são: A MP-296, que reajusta os salários diferenciados à parte dos servidores públicos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Congresso. Os outros sete dizem respeito à Câmara: a lei do inquilinato, incentivos fiscais, lei eleitoral, lei da informática, isenção de IPI, organização sindical e lei do salário mínimo. A política salarial, no entanto, não está confirmada, devido a um desentendimento entre as lideranças, por ela ter sido desmembrada da proposta sindical. Os partidos opositoristas, tendo a frente o PT e o PDT ameaçam em obstruir a votação da LDO, se a negociação dos salários ficar fora da ordem do dia.

Senado

No Senado, existem cerca de 80 itens para serem apreciados. De concreto, só o projeto de Custeio e Benefícios da Previdência, aprovado na Câmara por acordo, está na pauta. Enquanto esperam as outras matérias daquela Casa, os senadores vão votar várias autorizações de empréstimos aos municípios e estados brasileiros, cujo recurso maior corresponde ao Rio de Janeiro, no valor de US\$ 50 milhões para a construção da Linha Vermelha. Esta será a segunda verba que o Senado poderá aprovar para o governo de Leonel Brizola, em 15 dias.

Apesar da normalidade dos trabalhos no Senado, o presidente Mauro Benevides (PMDB-CE), não esconde sua preocupação pela demora da Câmara na apreciação de matérias pendentes de acordos. "Tenho receio de que se repita o que aconteceu no ano passado, quando a Câmara levou meses e meses apreciando mensagens e mandou tudo na última hora para o Senado". Se não houver emendas dos senadores aos projetos votados na Câmara, estes irão imediatamente à sanção do presidente da República. As coisas se complicam se ocorrer o contrário: emendados, os projetos voltam à Câmara. "E aí, só em agosto".

Câmara

O presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) já convocou sessão deliberativa para sexta-feira, dia 28. Mas, nesta terça, o Legislativo deverá apreciar o projeto do deputado Luiz Henrique (PMDB-SC), acordado na Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre a política brasileira de informática. No entanto, se depender dos partidos de esquerda mais radicais, como o PT e PC do B, a matéria poderá sofrer obstrução, o que no final das



A demora da Câmara na votação de matérias pendentes de acordo preocupa Mauro Benevides

contas não influirá no quórum, devido à pequena representatividade das siglas. Um dos pontos discordantes é a derrubada da reserva de mercado para as empresas brasileiras em 92.

Para evitar surpresas de "último momento", o PT, através de seu líder, deputado José Genoíno (SP), articula a formação de uma aliança entre os partidos de esquerda e da oposição, incluindo PMDB e PSDB, a fim de que os projetos de política salarial e salário mínimo tenham garantidos suas apreciações na Câmara. Conforme esclarece Genoíno, esta unidade não significa um sacrifício da autonomia partidária. "Vamos obter forças para poder obstruir a LDO e permitir a votação destes projetos", diz.

Salários

O PSDB e o PMDB confirmam que vão apoiar a proposta de Genoíno. O vice-líder dos tucanos, deputado Paulo Hartung revela que

a política salarial consiste na quarta prioridade do partido, para ser votada nesta semana. "E da maior urgência esta definição". O vice-líder do PMDB, Germano Rigotto afirma que seu partido também "está de olho", no projeto sobre a organização sindical. Quanto aos salários, Rigotto salienta que o PMDB não vai insistir na indexação para os baixos salários. O deputado peemedebista entende como estratégia do governo o desmembramento em duas partes dos projetos de negociação coletiva de trabalho e política salarial, para editar mais uma medida provisória" e culpar o Congresso pela não apreciação dos projetos".

"Se houver pressão, vocês vão acabar ficando sem recesso", ameaçou o líder dos partidos governistas, deputado Humberto Souto (PFL-MG), na reunião de lideranças, na última sexta-feira no gabinete do deputado Ibsen Pinheiro, aos opositoristas. "Pois eu quase

garanto que este projeto não vai entrar", emendou o líder do PDS, deputado Victor Faccioni, baseado na experiência de seu quarto mandato. Para o pedessista, mais importante que esta matéria é a regulamentação da Lei do Inquilinato — cujo prazo termina no próximo dia 29 — e que prevê a livre negociação após dois anos de vigência da legislação, além da volta da denúncia vazia. "Temos que ser realistas, existem mais de 3 milhões de apartamentos e casas fechadas no País esperando uma definição desta matéria", diz ele.

O deputado Roberto Freire, líder do PCB acha graça quando ouve as ameaças de governistas e opositoristas sobre votações. "Não dá para fazer obstrução, quando não se tem maioria". Para Freire, a melhor saída é a negociação, depois de uma profunda análise. Não é a quantidade que vai dar o respeito ao político, mas a qualidade", conclui.